

O JORNALISMO EMPRESARIAL NO BRASIL E O PAPEL INSTITUCIONAL DA IMPRENSA ENQUANTO “VOZ DA SOCIEDADE”: OS JORNAIS O GLOBO E O ESTADO DE SÃO PAULO NA REABERTURA DEMOCRÁTICA APÓS O GOLPE CIVIL MILITAR DE 1964

THAÍZE FERREIRA DA LUZ*

RESUMO

A partir do anúncio feito, em agosto de 1974, pelo então presidente da República, Ernesto Geisel, das tratativas para a reabertura política do país e, posteriormente, com a queda do Ato Institucional 5 (AI5) em 1978, a sociedade brasileira inicia um processo gradual para reestabelecer a democracia no Brasil. Nesse cenário, a grande imprensa brasileira passa a ganhar espaço na cobertura de manifestações populares e paulatinamente, aparece como grande representante da “voz da sociedade” em defesa do retorno de direitos políticos, civis e sociais. Neste artigo, faremos uma abordagem, ainda que de forma introdutória, da relação entre a consolidação do jornalismo empresarial no Brasil e o papel institucional assumido pela grande imprensa brasileira, em especial os jornais *O Globo* e *O Estado de São Paulo*, no período da reabertura política no país, visando estabelecer quais os interesses desses periódicos ao assumirem uma postura mais atuante na cena pública, que por consequência, culminou com a eleição de Fernando Collor de Mello em 1989.

PALAVRAS CHAVE: Jornalismo empresarial; Redemocratização; Papel institucional da imprensa; *O Globo* e *O Estado de São Paulo*; Eleições de 1989.

ABSTRACT

Following the announcement made in August 1974 by the President of the Republic, Ernesto Geisel, of the negotiations for the country's political reopening and later, with the fall of Institutional Act 5 (AI5) in 1978, gradual process to reestablish democracy in Brazil. In this scenario, the great Brazilian press is gaining space in the cover age of popular demonstrations and gradually appears as a great representative of the "voice of society" in defense of the return of political, civil and social rights. In this article, we will take an introductory

* Doutoranda em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), e-mail: thaizefl@gmail.com

approach to the relationship between the consolidation of business journalism in Brazil and the institutional role assumed by the great Brazilian press, especially the newspapers *O Globo* and *O Estado de São Paulo*, in the period of reopening in order to establish the interests of these journals by assuming a more active position on the public scene, which consequently culminated in the election of Fernando Collor de Mello in 1989.

KEY-WORDS: Business journalism; Redemocratization; Institutional role of the press; *O Globo* and *O Estado de São Paulo*; Election of 1989.

INTRODUÇÃO

O foco deste trabalho está em fazer uma análise, ainda que introdutória, do papel institucional que a grande imprensa brasileira assume, em especial os jornais *O Globo* (OG) e *O Estado de São Paulo* (OESP), a partir de 1985, com a reabertura dos direitos políticos, sociais e civis no Brasil.

Para esta análise, levamos em consideração alguns aspectos anteriores, verificando os caminhos percorridos por esta mesma grande imprensa, tomando como marco a década de 1950. Momento em uma nova fase do modelo de fazer jornalismo no padrão norte americano, passa a vigorar no Brasil, com a adoção da profissionalização do jornalismo no país e, a transição (ainda que não hegemônica em todos os veículos de comunicação) do jornalismo político-literário para o jornalismo informativo, culminando com a formação de empresas jornalísticas, cujos jornais em questão, são exemplos.

Procuramos com este artigo, mostrar o que levou essas folhas jornalísticas a assumirem posturas tão distintas, durante a conflagração do Golpe Civil Militar de 1964 e posteriormente, no período de redemocratização do Brasil.

A PROFISSIONALIZAÇÃO DO JORNALISMO E A CONSOLIDAÇÃO DA EMPRESA JORNALÍSTICA NO BRASIL

No início do século XX, os investimentos tecnológicos chegaram ao país, porém, foi a partir da segunda metade daquela centúria, que a preocupação com a busca pelo ideal de objetividade jornalística, trouxe mudanças profundas nas redações dos jornais, fazendo com que eles se tornassem mais profissionais. A partir de 1950, o jornalismo brasileiro passa a adotar mais elementos do modelo norte americano de se fazer imprensa.

A busca pelo ideal de objetividade na produção da notícia, acabou criando as bases para a transformação do jornalismo em um negócio, formando-se assim, “um consenso em torno da centralidade do mercado como instância reguladora dos interesses e demandas sociais” (SILVA,2005).

Neste cenário, alguns veículos de comunicação assumiram posturas empresariais, formando posteriormente, grandes conglomerados midiáticos (jornais, revistas, rádio, televisão e internet). Ficando conhecidos como os representantes da grande imprensa brasileira. Entendemos como “grande imprensa brasileira” a definição a seguir:

Qualifica-se de grande imprensa — e aqui o termo aparece por oposição a uma imprensa de menor porte – os órgãos de divulgação cuja veiculação pode ser diária, semanal ou mesmo que atue em outra periodicidade, mas cuja dimensão, em termos empresariais, atinja uma estrutura que implique na dependência de um alto financiamento publicitário para a sua sobrevivência. À grande imprensa, como aliás, de modo geral, à toda imprensa convencional de conotação liberal (de pequeno, médio ou grande porte), não se permite viver somente com a venda em bancas ou com as assinaturas, dado que costuma atingir um grande estado da federação ou, na maior parte das vezes, a quase totalidade do país. A diferença; portanto, entre uma imprensa convencional de pequeno, de médio e de grande porte está no tamanho do empreendimento e na divulgação que possui. A grande imprensa conta com esquemas de distribuição nacional e mesmo, às vezes, com uma veiculação que abrange algumas praças internacionalmente. (AQUINO, p.37)

A partir da introdução de novas tecnologias, as redações passaram a operar de forma mais dinâmicas, incluindo elementos que possibilitaram a adoção de um modelo de jornalismo, capaz de expressar-se como “um lugar de produção de informação neutra e atual”. As pautas dos jornais passaram a ser alteradas muito próximo das matérias serem rodadas em suas redações, possibilitando a inclusão de elementos de última hora, “o furo jornalístico”. (BARBOSA, p. 26-31)

Desse modo, verifica-se a inclusão gradual na imprensa brasileira, de elementos característicos do modelo jornalístico norte-americano: reportagens informativas; a neutralidade dos órgãos de imprensa; a importância transferida ao papel do repórter; a velocidade na propagação das notícias e a riqueza de detalhes dessas notícias (SCHUDSON, 2010).

Além disso, o *layout* dos jornais, sofreu significativa mudança, tornando-se mais atrativos aos olhos do leitor. Para essa transformação, as empresas jornalísticas introduziram manuais de redação, que acabaram definindo especificidades de cada jornal. Esses manuais, através de uma padronização dos textos, conferiam a cada periódico uma identidade. (RIBEIRO, 2003).

Outro fator importante na adoção do modelo empresarial jornalístico, foi a profissionalização do repórter. A ideia central, era fazer com que o jornalismo deixasse de ser “um bico, criando-se o sentimento de categoria profissional” (RIBEIRO, 2003). Ainda na Era Vargas, surge a primeira base legal para a regulamentação da profissão de jornalista, com o decreto 5.480/1943 que instituiu o Curso de Jornalismo no Brasil¹, embora, o primeiro curso passe a funcionar efetivamente, apenas em 1947. Além dessa regulamentação, paralelamente, a representação da categoria de jornalistas, através de sindicatos e associações, possibilitou uma valorização da profissão, estabelecendo o pagamento de melhores salários, e conseqüentemente, a formação de mão de obra mais especializada e dedica.

A partir dessa mudança, o jornalismo brasileiro passou a contar com o que SILVA chama de “tipos jornalísticos: trabalhador, intelectual e profissional”, que ficaram mais evidentes na década de 1980:

Jornalista Trabalhador: Assim, é tratando os jornalistas como classe que vamos observar de que forma eles enfrentaram os novos determinismos estruturais e o comportamento das empresas como verdadeiros aparelhos ideológicos, seja no sentido de impor, de forma coercitiva ou não, normas e condutas aos seus profissionais, seja no de garantir a manutenção e a reprodução da ideologia de mercado. Jornalista Intelectual: O modelo de jornalista intelectual está centrado na luta por valores universais e na capacidade de este agente influir na articulação de grupos, classes ou fração de classes para constituir um bloco de poder capaz de dar sustentação (consenso) ou de criar uma contra hegemonia ao poder dominante (dissenso). O papel de mediação entre diversos setores da sociedade civil o aproxima do intelectual orgânico de Antônio Gramsci. Jornalista Profissional: O modelo de jornalista profissional sofre as influências exercidas pelo jornalismo objetivo praticado nos Estados Unidos e com o papel de “cão de guarda” (Gans, 1979) que o jornalista assume nesse ambiente. O modelo advoga um

¹ Disponível em: <http://www.abi.org.br/institucional/legislacao/lei-do-curso-de-jornalismo/> acesso em 29/11/2017.

compromisso político fundamental com a objetividade na descrição dos fatos (Soloski, 1993; Schudson, 1978), com a representação dos interesses do cidadão individual diante do Estado e das grandes organizações (Hallin e Mancini, 1984) e com o sistema de divisão de poderes como um todo (Cook, 1998). A crença na objetividade só se firma onde haja um consenso fundamental em torno de valores e instituições (Ettema e Glasser, 1998) e onde a ordem seja vista como “estável” (SILVA, 2005, pp. 91-92).

Diante deste quadro evolutivo, descrito brevemente, da imprensa brasileira, percebemos o gradativo abandono do modelo francês de imprensa (político-literária), assumindo características do modelo norte-americano. Passaremos a analisar a seguir, o papel institucional assumido por dois representantes da grande imprensa no Brasil – *O Globo* e *O Estado de São Paulo*, no período conhecido como redemocratização, pós golpe civil militar de 1964.

OS JORNAIS O GLOBO (OG) E O ESTADO DE SÃO PAULO (OESP) ASSUMEM O PAPEL INSTITUCIONAL DE “VOZ DO POVO” NA REDEMOCRATIZAÇÃO DO PAÍS

Os jornais escolhidos para a nossa análise, são em sua origem conservadores, assumindo posteriormente, uma postura neoliberal. São periódicos que estão há vários anos em circulação, e conforme bem explicita SODRE, “órgãos de vida longa, no Brasil, foram sempre conservadores” (SODRÉ, 1999, p. 190). Para estudarmos a História através da Imprensa, é necessário fazer uma análise da trajetória dos periódicos, desde a sua fundação, observando os motivos pelos quais assumiram diferentes posturas.

O jornal *O Globo* foi fundado por Irineu Marinho em 1925. Nas palavras de seu fundador, um jornal classificado como “um veículo vibrante, moderno, identificado com a cidade e o seu povo”. É um jornal diário de notícias, com circulação nacional e atualmente, nas formas impressa e digital. Até 1962 funcionava como vespertino, passando a partir daí a ser matutino. Sua orientação política é liberal e é um dos jornais com maior tiragem no país².

O jornal *O Estado de São Paulo*, popularmente conhecido como “*O Estadão*”, foi fundado ainda durante o Brasil Imperial, a 04 de janeiro de 1875, sob a denominação “*A Província de São Paulo*”.

² Dados extraídos do site do jornal *O Globo*, na aba “Memória”: <http://memoria.oglobo.globo.com/perfis-e-depoimentos/irineu-marinho-9124075>, acesso realizado em 30/04/2017.

Sua fundação esteve ligada a um grupo de republicanos, liderados por Manoel Ferraz de Campos Salles e Américo Brasiliense, cujos objetivos, eram combater a monarquia e a escravidão. Assim, surgia a linha principal de seu editorial, “fazer da sua independência o apanágio de sua força”. É o mais antigo dos jornais da cidade de São Paulo, passando a chamar-se *O Estado de São Paulo* em 1890, com a nova nomenclatura para as unidades da federação³.

Esses periódicos são dois representantes da grande imprensa brasileira, e a partir da década de 1950, assumiram paulatinamente, uma postura empresarial. Suas redações passaram a introduzir novas técnicas redacionais. Essas medidas, garantiram a estes veículos, um crescimento significativo, sobretudo entre os anos de 1950 – 1970, que possibilitaram a eles, a capacidade de tornarem-se importantes formadores de opinião.

Porém, ao analisarmos a trajetória desses jornais, verificamos que em nome da defesa dos interesses públicos, eles assumiram diferentes posições, apoiando por exemplo, o golpe civil militar de 1964 e o posterior apoio em defesa da reabertura política em 1985. A adoção de defesa de modelos tão antagônicos, causa estranheza e torna necessária uma reflexão sobre os motivos que levaram esses periódicos a adoção de tais posturas.

Em um primeiro momento, podemos ser induzidos em achar contraditória a posição dos jornais *OG* e *OESP*, pois apoiaram um golpe militar e posteriormente, defenderam o retorno da democracia e das liberdades civis, sociais e políticas. Porém, o fator em a esses dois contextos distintos, é a defesa de interesses das empresas jornalísticas e dos públicos dessas empresas jornalísticas, representadas pelas elites empresariais do Brasil.

Tanto na passagem do governo de João Goulart para o início do Regime Militar em 1964, quanto na passagem do fim do período militar em 1985 para a eleição de Fernando Collor de Mello em 1989, podemos verificar que estes dois veículos de comunicação possuíam um inimigo em comum: “o inimigo vermelho” ou “perigo comunista”. Porém, por trás deste inimigo, havia o interesse na defesa de mudanças que possibilitassem o desenvolvimento econômico do país, cujo “perigo vermelho” era uma ameaça a sua implantação.

O governo de João Goulart, último presidente populista do

³ Dados extraídos do site do Jornal O Estadão, na aba “histórico”: <http://www.estadao.com.br/historico/resumo/conti1.htm>, acesso realizado em 30/04/2017.

Brasil antes de 1964, era responsabilizado por incluir o comunismo no país, o que desagradava a elite brasileira. A intenção de expandir direitos sociais e trabalhistas, diminuir a desigualdade social, acabaram sendo vistas como uma intenção de implantar o “comunismo” no Brasil.

Assim, a grande imprensa, passou a encampar ideias que viam as práticas populistas, como entraves ao crescimento empresarial. “Esses periódicos tinham grande influência entre o empresariado e a classe média das duas principais cidades brasileiras, grupos importantes na formação de uma ‘opinião pública’ nacional” (NAPOLITANO, 2017).

A partir daí os periódicos *OG* e o *OESP* passaram a apoiar as manifestações populares, que em “nome da democracia”, exigiam que o controle político do país, passasse para as mãos dos militares. Em sua edição de 20/03/1964, o jornal *OG* traz ampla cobertura da manifestação popular intitulada “Marcha da Família e com Deus, ocorrida na cidade de São Paulo. Em sua capa, as principais manchetes davam apoio à população e aos militares:

“SÃO PAULO DE PÉ EM DEFESA DA DEMOCRACIA: São Paulo parou para acompanhar a grandiosa ‘Marcha da Família’, que teve participação de delegações de todo interior do estado e de Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Pernambuco, Brasília, Goiás, Paraná, Rio de Janeiro, Alagoas, Santa Catarina, Bahia e Guanabara. Tão grande era a multidão, que não coube na Praça da Sé, onde a concentração final, com discursos e orações, espalhando-se pelas ruas das vizinhanças. Em todos os discursos ficou patenteada a disposição do povo brasileiro de defender sua liberdade e sua fé religiosa” (*OG*, 20/03/1964, ANO XXXIX, NR. 11.616, CAPA).

Ainda na mesma edição, outra manchete chamava atenção – “Mensagem aos jovens militares”, cujo conteúdo, exaltava o papel importante realizado pelos militares brasileiros, passando ao público leitor, a importância de apoiar as forças armadas. E nesta mesma edição, temos um editorial de capa, ocupando todo a parte central da primeira página, defendendo o patriotismo e combate aos comunistas:

“PALAVRA DE ORDEM DOS PATRIOTAS: (...) Sirva o acontecimento para mostrar aos que pensam em desviar o Brasil de seu caminho normal, apresentando-lhe soluções contrárias ao ideal democrático e ensejando a tomada do poder pelos comunistas, que o povo brasileiro jamais concordará em perder a liberdade, nem assistirá de braços cruzados o sacrifício das instituições”.

Em edição de 07/04/1964, OG apresenta manifestações de apoio ao governo militar instaurado no país, sob o título “Sorte da Democracia”, estampada na primeira página, cujo conteúdo exalta a implantação do novo regime, que era necessária para conter a “destruição do país pelo governo anterior comunista”. Também comemora a melhora imediata no setor econômico, com a queda do dólar e alta da venda de ações na Bolsa de Valores, dizendo que este movimento, trouxe “a esperança de modernização e abertura ao capital estrangeiro”.

Ainda na mesma edição, o jornal destaca a apresentação dos chefes militares, de um projeto para que o país possa ser “descomunizado”:

“OS CHEFES MILITARES APRESENTAM UM ATO INSTITUCIONAL PARA QUE O PAÍS POSSA SER DESCOMUNIZADO: Os líderes do Movimento Revolucionário Democrático estão levando à apreciação dos dirigentes partidários documento que engloba uma série de medidas que julgam imprescindíveis para o desmantelamento do processo comunizante. Apontam a providência como mais fundamental e mais premente que a própria eleição do novo Presidente da República” (OG, 07/04/1964, ANO XXXIX, NR. 11.629, CAPA).

Seguindo a mesma linha, o jornal *OESP*, nas mesmas datas, apresenta manifestações de apoio a “Marcha da Família” e ao governo dos militares. Na edição de 20/03/1964, a capa de *OESP*, traz uma fotografia ocupando todo o canto esquerdo, com a multidão que foi às ruas:

“Meio milhão de paulistanos e paulistas manifestaram ontem em São Paulo no nome de Deus e em prol da Liberdade, seu repúdio ao comunismo e a ditadura e seu apego a Lei e a Democracia. Neste momento particular da vida do mundo (trecho ilegível) o ato dos paulistas adquire importância internacional” (OESP, 20/03/1964, ANO LXXXV, NR. 27.273, CAPA)

Em 07/04/1964, o *OESP* volta a manifestar posição de defesa dos militares, com um editorial ocupando todo lado esquerdo de sua capa, cujo título “Apoio a Castelo Branco”, ressaltava a manifestação de populares que foram à casa de castelo Branco, manifestar apoio a sua escolha como presidente da República, que diante do apoio popular, agradeceu aos presentes com a seguinte mensagem: “O povo brasileiro já sentia na própria carne os

desmandos de um governo que afastava os destinos do Brasil”.

O apoio ao regime militar, por parte dos periódicos analisados nesse artigo, se manteve praticamente até seu final. *OG* manteve-se fiel ao governo militar até o fim, quando o povo novamente vai às ruas, pedindo a abertura política, no processo conhecido como redemocratização. *OESP*, manteve uma postura de apoio até a década de 1970, quando questões econômicas voltam a aparecer na pauta do jornal, que vê naquele momento um desvio de interesses. As políticas intervencionistas dos militares já não agradavam tanto.

Essas posturas adotadas, contribuíram para construir uma imagem “auto heroica” dos jornais durante o período militar, pois alegando sofrer censura (que variou de autocensura, a censura prévia, com maior ou menor intensidade em vários momentos do regime militar), que permitiu com que eles se eximissem de qualquer postura crítica, pois usaram a defesa da democracia e combate ao comunismo, como justificativa ao apoio dado para a implantação do período em questão.

Todavia, entendemos que esse apoio foi extremamente benéfico aos jornais representantes da grande imprensa, em especial *OG* e *OESP*, pois foi durante o período militar que eles acumularam mais capital, possibilitando a expansão de suas empresas jornalísticas. Usar a desculpa da censura, como impossibilidade de denunciar os desmandos dos militares, acabou contribuindo para a perpetuação desses veículos ao longo dos anos, e ainda, possibilitando com que eles continuassem capazes de se mostrar como “a voz da sociedade” na defesa dos interesses públicos, sem ter sua legitimidade abalada.

A partir daí, como bem exemplifica NAPOLITANO, os jornais a partir de 1977, iniciam seu afastamento ao regime militar, pois este, já não atende aos seus anseios:

Os discursos de elogio à cultura democrática que era gestada na sociedade civil, procurava se conciliar com a defesa de reformas democratizantes paulatinas, sempre ameaçadas de “retrocesso” pela pressão da “linha dura”. Foi também um período em que ficaram mais claros os matizes e variáveis dos jornais analisados. Houve jornais que trilharam a direção de uma consciência radicalmente democrática, procurando assimilar novas demandas da sociedade civil, como o *JB* e a *FSP*, enquanto *O Globo* se manteve governista e *OESP* radicalizava a crítica ao estatismo do governo Geisel, ao mesmo tempo que não se entusiasmava com os movimentos sociais de raiz mais popular que reocupavam as ruas. (NAPOLITANO,2017, p. 359).

Neste sentido, apesar dos órgãos da grande imprensa nunca terem se mostrado simpatizantes de movimentos politizados das ruas, tanto na instauração do regime militar, quanto no processo de redemocratização, afim de manterem-se como “vozes da sociedade”, foi necessário alinhar seus editoriais e discursos, ao clamor social.

Desta maneira, justificando seu apoio ao regime militar como necessário para conter um projeto comunista e que visava trazer crescimento econômico ao país, *OG* e *OESP* assumem uma postura mais atuante a partir da segunda metade da década de 1980. A grande imprensa posiciona-se como defensora dos interesses públicos nesse processo de abertura política, e faz com que o “jogo político” tenha que se adequar às suas regras. Temos aí, a definição do espaço público “agendado pelo sistema midiático, que daria os contornos do que seria ou não, legítimo e do que deveria ou não ser prioritário” (FONSECA, 2011, p. 43).

E nessa defesa dos interesses públicos, não podemos esquecer que os órgãos da mídia, são empresas capitalistas. No caso do Brasil, o processo de transformação dos jornais em empresas capitalistas iniciou na década de 1950, e foi durante o regime militar que obteve maior expansão. Devemos atentar para o caso dos jornais, que interferem na vida pública, mas possuem interesses privados:

“Como dissemos, os órgãos da mídia são empresas capitalistas de comunicação, que, dessa forma, objetivam o lucro (em pouquíssimos casos há órgãos estatais ou públicos). Seu papel mercantil é, contudo, distinto das empresas de outros segmentos empresariais, pois, não bastasse o poder de modelar a opinião, sua mercadoria – a notícia – está sujeita a variáveis mais complexas e sutis do que as existentes nos bens e serviços comuns. Isso porque sua atuação implica um equilíbrio instável entre: formar opinião; receber influências de seus consumidores e sobretudo de toda a gama de anunciantes; relacionar-se com o Estado (renegociações de dívidas tributárias e previdenciárias, isenções, empréstimos, além de questões regulatórias, entre outras); e auferir lucro” (FONSECA, 2011, p. 46)

Neste sentido, acreditamos ser impossível separar os interesses privados no momento em que os jornais assumem a posição de “defensores dos interesses públicos”. Suas pautas, de alguma forma, acabam sugerindo a defesa de interesses privados, através de uma agenda “pública”. “Pode-se dizer, que os órgãos da mídia como um todo representam uma instituição em que (...) se

mesclam o público e o privado, [em que] os direitos dos cidadãos se confundem com os do dono do jornal” (FONSECA, 2011, p. 54).

Após a reabertura democrática, a grande imprensa volta seu olhar para a forma como a Assembleia Constituinte iria conduzir seus trabalhos, que definiriam a nova Constituição do país. E neste cenário, *OG* e *OESP*, apresentam-se apreensivos com a criação de direitos sociais que seriam incluídos na nova Carta Magna:

Para *OG*, que se mostra um vigoroso adepto da “ética do trabalho” – aliás, de forma semelhante a *OESP* –, os direitos sociais estariam: (...) na contramão da motivação fundamental e dos interesses do trabalhador; ou a Constituição ideal, na contramão do Brasil real. (...) Sorte pior [dados os efeitos negativos previstos – FF] a experiência faz prever para o aumento (...) da licença remunerada à gestante: a esse aumento corresponderá uma restrição, a restrição do mercado feminino de trabalho. (...) Concessões feitas em total descompasso com os efeitos não prejudicarão apenas os trabalhadores. (...) [mas também a] estabilidade institucional. (*OG*, 15/10/87; ênfases nossas). (FONSECA, 2011, p.58)

Usando uma inversão de valores, os jornais em questão apresentam-se como defensores dos trabalhadores, criticando a licença gestante. Discurso semelhante é encontrado com relação ao abono salarial. Para esses periódicos, tais direitos diminuíram o acesso ao trabalho. Essas medidas, para esses meios de comunicação, não seriam ideias “progressistas” e os direitos não eram vistos como um avanço, mas sim, um entrave ao crescimento econômico e a contratação de trabalhadores.

“Trata-se de uma sofisticada estratégia de reformular o próprio vocabulário presente na Constituinte e no debate público, de tal forma que por ‘ideologia’ se entenda tão-somente as propostas provenientes da ‘esquerda’ e dos ‘populistas’, que, por motivos diversos, agiriam em razão das ‘aparências’ e não da ‘essência’ do capitalismo ‘modern’” (FONSECA, 2011, p.59)

Na mesma linha, *OG* e *OESP*, atacam veemente, o direito de greve. Esses dois jornais fizeram amplo debate em seus editoriais criticando a legitimação das greves e de todo o capítulo da Constituição que trata sobre a organização do trabalho:

“AS GREVES EM UM ESTADO INCOMPETENTE: As greves que irromperam em empresas estatais, principalmente nas áreas da siderurgia e do petróleo, mostram com clareza o quanto a sociedade

é impotente diante dos resultados da intervenção do Estado na economia. (...) São exércitos de empregados que agem com todas as regalias, direitos e mordomias de funcionários públicos, promovendo greves que se iniciaram com reivindicações salariais e ganham, hoje, aspectos nitidamente políticos e ideológicos, que levam à violência. (...). Tudo isso mostra a incompetência do Estado empresário que, ao centralizar tudo em suas mãos, mostra fragilidade ao negociar com os trabalhadores que sabem ter um opositor incompetente, politicamente minado e, acima de tudo, contaminado pela praga do empreguismo. (...) Se a CSN, a Usiminas, a Cosipa e todas as siderúrgicas tivessem sido privatizadas há tempo, como foram outras siderúrgicas em vários países europeus e nos Estados Unidos, se todo o ciclo de produção, transporte, processamento e comercialização do petróleo não estivesse protegido pelo monopólio estatal e entregue à Petrobrás, certamente a situação seria bem outra. Não seria isso que aí está”. **(OESP, 19/11/88; ANO 109, NR. 34.890, PÁGINA 3)**

A condução dos trabalhos da Assembleia Constituinte por Ulysses Guimarães, acabou sendo crucial para a definição do resultado da primeira eleição presidencial, pós período militar em 1989. Entendemos que a grande imprensa, em especial *OG* e *OESP*, insatisfeitas com a aprovação de tantas pautas que prejudicavam as empresas capitalistas, viam na figura desse político e de seus apoiadores, o atraso na implantação de medidas que “modernizassem” o país.

Dentre as principais mudanças trazidas pela Constituição Brasileira de 1988, os direitos do cidadão foram os que ganharam mais inovações e ampliações: direito de voto para analfabetos, trabalhadores rurais e domésticos passaram a integrar o direito trabalhista, ganhando direito à greve e a liberdade sindical. A jornada de trabalho foi reduzida de 48 para 44 horas semanais, o direito de licença maternidade de 120 dias e licença paternidade de 5 dias. Adquiriu-se o direito ao abono de férias e o direito dos aposentados ao 13.^o salário, além do direito ao seguro desemprego e férias remuneradas⁴.

Após a promulgação da nova Constituição em 22/09/1988, a grave crise econômica em que o país se encontrava, passou a ser a pauta recorrente na grande imprensa. E essa questão, juntamente com a necessidade de se ter um modelo modernizador para o Brasil, influenciaram diretamente na eleição de Fernando Collor de Mello.

A medida em que o pleito eleitoral se aproximava, *OG* e

⁴ Constituição Federal de 1988, disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm, acesso em dezembro de 2017.

OESP direcionavam seus discursos para a necessidade dos grandes partidos brasileiros, chegarem a um consenso, com a escolha de candidatos, que fossem capazes de modernizar o país, combatem à corrupção e que não tivessem vínculo com políticos tradicionais. As lideranças do PMDB e PFL, acabaram lançando candidatos, vistos pela imprensa, como opostos a esse modelo – Ulysses Guimarães e Aureliano Chaves.

Neste contexto, cercado de forte aparato de *MarketingPolítico*, o então desconhecido e totalmente inexpressivo candidato Fernando Collor de Mello, pautou suas propagandas eleitorais com frases chaves, que rapidamente ganharam a simpatia do povo. As pesquisas eleitorais mostravam que a intenção de votos lhe daria a vitória naquela eleição.

A grande mídia, apesar de inicialmente olhar com descaso para a sua pessoa, também estava preocupada em barrar a eleição de um candidato de esquerda, representados por Brizola (PDT) e Lula (PT), pois a eleição de qualquer um desses dois candidatos, significava o retorno de um projeto “comunista” para o Brasil. Além disso, era frequente o ataque aos movimentos grevistas organizados pelas centrais sindicais, em especial no ABC Paulista e nas empresas de energia do Brasil. O discurso defendido por *OG* e *OESP*, deixava claro a incapacidade de Lula conduzir o país em uma política que pudesse “devolver o crescimento”, uma vez que este, representava diretamente essas centrais sindicais.

Assim, contando com o aporte de bons profissionais de marketing, aliado ao apoio da mídia, Collor acabou personificando a figura do “novo”, do “moderno”, capaz de salvar os Brasil de todas as suas mazelas, o que lhe garantiu a vitória naquela eleição.

CONCLUSÃO

Neste artigo, procuramos demonstrar que apesar de em um primeiro momento, a postura dos jornais *OG* e *OESP* parecerem diferentes, em períodos distintos da História do Brasil, na verdade, entendemos que os mesmos se utilizaram de artifícios discursivos, para justificaram tais posturas, porém, com interesses bem delimitados.

A passagem do modelo de jornalismo francês (essencialmente político-literário) para um modelo norte-americano (a busca pelo ideal de objetividade e imparcialidade), possibilitou a formação do jornalismo empresarial no país.

Funcionando como empresas, os jornais passaram a defender interesses próprios e de seu público leitor, especialmente formado

pelas elites empresarias. A velha bandeira de demonização do comunismo, aparece tanto para justificar a implantação do regime militar, quanto para eleger um candidato capaz de barrar a esquerda nas eleições presidenciais de 1989.

Assim, a grande imprensa do Brasil, em especial os jornais *OG* e *OESP*, manteve-se presente em momentos chaves de nossa história, enquanto formadores de opinião, e após grande acúmulo de capital, construído em especial no regime militar, passaram a atuar de forma bastante influente nas questões públicas.

Entendemos que somente a imprensa não é capaz de mudar os rumos do país. Todavia, é inegável o poder de penetração diária que ela exerce, influenciando na tomada de decisões e dos rumos políticos no Brasil.

Curiosamente, o discurso de combate ao comunismo permanece vivo até os dias de hoje. Em 2016, assistimos a um novo impeachment presidencial, com ampla cobertura por parte da imprensa nacional. E em nosso contexto atual, vários direitos trabalhistas e sociais, que eram malvistas por essa mesma grande imprensa após a reabertura democrática, finalmente passaram a ser “flexibilizados” caminhando para a sua exclusão...

REFERÊNCIAS

AQUINO, Maria Aparecida de. *Censura, Imprensa, Estado Autoritário (1968-1978)*. Bauru: EDUSC, 1999.

BARBOSA, Marialva. *História Cultural da Imprensa: Brasil, 1900-2000*. Rio de Janeiro: Mauad, 2007.

FONSECA, Francisco. Mídia, poder e democracia: teoria e práxis dos meios de comunicação. In: *Rev. Bras. Ciênc. Polít.* no.6 Brasília July./Dec. 2011.p.41-69.

LOHN, Reinaldo Lindolfo. Democratização brasileira: memória histórica e narrativa da imprensa (1974-1990). In: *Anais do XIV Encontro Estadual de História - Tempo, memórias e expectativas, 19 a 22 de agosto de 2012, UDESC, Florianópolis, SC*.

MENESES, Sônia. *Operação Midiográfica. O golpe de 1964 e a Folha de S. Paulo*. São Paulo: Editora Intermeios. 1.ª edição, 2017.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Entre a liberdade e a ordem: o jornal *O Estado de São Paulo* e a ditadura (1969-1973). *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v. 43, n. 2, p. 367-379, maio-ago. 2017. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/iberoamericana/article/view/26037>. Acesso em novembro de 2017.

NAPOLITANO, Marcos. A imprensa e a construção da memória do regime militar brasileiro (1965-1985). *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v. 43, n. 2, p. 346-366, maio-ago. 2017. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/iberoamericana/article/view/24766> Acesso em novembro de 2017.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. Jornalismo, literatura e política: a modernização da imprensa carioca nos anos 1950. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n.º 31, 2003, p. 147-160.

RIBEIRO, Lavinia Madeira. *Imprensa e Espaço Público. A institucionalização do jornalismo no Brasil. 1080-1964*. Rio de Janeiro: e-papers, 2004.

SILVA, Marco Antônio Roxo da. Da luta de classes ao jornalismo neoliberal: imprensa e poder na década de 1980. In: *ECO-PÓS- v.8, n.2, agosto-dezembro 2005, pp.88-107*

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad Consultoria e Planejamento Editorial. 4.ª edição, 1999.

SCHUDSON, Michael. *Descobrimo a notícia. Uma história social dos jornais nos Estados Unidos*. Petrópolis: Editora Vozes. 2010.

Sites:

Associação Brasileira de Imprensa:
<http://www.abi.org.br/institucional/legislacao/lei-do-curso-de-jornalismo/>

O Estado de São Paulo
<http://www.estadao.com.br/historico/resumo/conti1.htm>

O Globo

<http://memoria.oglobo.globo.com/perfis-e-depoimentos/irineu-marinho-9124075>

Planalto http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

Recebido em
Aprovado em

